

SOBRE A PESQUISA DA INDÚSTRIA DA MORTE NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Fábio da Silva Rodrigues, Universidade Estadual de Maringá, fabiosrod@gmail.com

Elisa Yoshie Ichikawa, Universidade Estadual de Maringá, eyichikawa@uem.br

RESUMO

Neste artigo, nos propomos a pensar sobre a morte a partir do paradigma científico, apoiados em referências das pesquisas humanas e sociais que tratam sobre este tema, aproximando esta discussão da área de estudos organizacionais. Neste sentido, nosso problema de pesquisa se constitui em refletir sobre a seguinte questão: quais as interfaces possíveis entre a Indústria da morte e os estudos organizacionais? Tivemos como objetivo apresentar possíveis relações entre a indústria da morte e os estudos organizacionais. Para tanto, fizemos um resgate histórico sobre as vertentes epistemológicas e paradigmáticas que sustentaram a construção do sentido de morte nas ciências sociais e humanas, sobretudo nas interfaces da morte com os estudos organizacionais, pela construção e significação da morte na sociedade contemporânea. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, configurando-se num estudo teórico, fundamentado em pesquisas bibliográficas sobre a temática da morte, naquilo que se relaciona com a área dos estudos organizacionais. Concluímos que a pesquisa sobre a morte, e a Indústria da morte, é possível de ser realizada, a partir de diversos e diferentes aspectos e olhares nos Estudos organizacionais.

Palavras chave: Morte. Indústria da morte. Pesquisa. Estudos Organizacionais.

1 INTRODUÇÃO

A partir da vinculação ao projeto de pesquisa multi-institucional (CARRIERI, 2014) que tem como objeto de estudo o tema da morte e a rede de negócios articuladas ao seu redor, a chamada Indústria da Morte, com foco na discussão sobre as identidades e práticas estratégicas cotidianas neste contexto, construiu-se a ideia de pesquisar sobre a morte. Neste grande projeto, cada instituição, dada as características empíricas, cotidianas, interesses e particularidades de sua região, se encarregou de estudar tais realidades. Para nós, despertou-se o interesse em estudar a realidade da colônia japonesa, mais especificamente, sobre os rituais budistas na trama da morte. Porém, neste momento nos ateremos a discutir sobre as possibilidades de pesquisa da morte, de forma ampla, e consequentemente da indústria da morte, nos Estudos Organizacionais.

O desafio que se apresentou foi tamanho, porém em nenhum momento recuamos! Talvez, o mais fácil seria ficar na chamada zona de conforto, já que admitimos que a pesquisa sobre a morte não se trata do tema mais suave para se pesquisar, já que acreditamos que exista uma memória discursiva¹, nos moldes pechêutianos, de interdição e opacidade, sobre o que seja a morte. Romper com preconceitos, permitir-se conhecer uma realidade diferente, descobrir novas sendas e desvendar essa realidade, de certa forma nos seduziu e nos desafiou, já que vimos nesta oportunidade de pesquisa a real possibilidade de apresentar uma importante contribuição aos Estudos Organizacionais.

Porém, tratar sobre a morte, mais especificamente sobre a Indústria da Morte nos Estudos Organizacionais, se constitui de fato num desafio. A resistência que se apresenta, aos poucos vai sendo diminuída, sendo este um processo contínuo e cotidiano, um árduo exercício que tem que ser praticado a todo instante, de pensar novas possibilidades, tanto teóricas, quanto metodológicas ou empíricas, da pesquisa na Administração. Nos Estudos Organizacionais, principalmente nas pesquisas interpretativas, as abordagens socioculturais, que exijam um olhar mais sensível da realidade, sobretudo a partir da perspectiva antropológica, temas inovadores e que fujam do lugar comum são bem recebidos, como por exemplo, estudos que abordem o cotidiano e a história, conforme Barros e Carrieri (2015).

¹ A partir da visão de Pêcheux, a memória discursiva ou interdiscurso se refere ao conjunto de dizeres, já ditos, mas que sustentam e tornam possível todo dizer, produzindo seus efeitos através da ideologia e do inconsciente. Para Orlandi (2012), esse interdiscurso constitui um conjunto de formulações já feitas e esquecidas, mas que determinam o nosso dizer. Para Pêcheux (2009), os sentidos se constituem no encontro da atualidade com a memória.

Acreditamos que as pesquisas sobre a morte no campo dos Estudos Organizacionais brasileiros se inserem neste contexto.

Desta forma, nos propomos a pensar sobre a morte a partir do paradigma científico, apoiados em referências das pesquisas humanas e sociais que tratam sobre este tema, aproximando esta discussão da área de estudos organizacionais. Neste sentido, nosso problema de pesquisa se constitui em refletir sobre a seguinte questão: quais as interfaces possíveis entre a Indústria da morte e os estudos organizacionais? Desta forma, nosso objetivo neste artigo é apresentar possíveis relações entre a indústria da morte e os estudos organizacionais. Para tanto, faremos um resgate histórico sobre as vertentes epistemológicas e paradigmáticas que sustentaram a construção do sentido de morte nas ciências sociais e humanas, sobretudo nas interfaces da morte com os estudos organizacionais, pela construção e significação da morte na sociedade contemporânea. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, configurando-se num estudo teórico, fundamentado em pesquisas bibliográficas sobre a temática da morte, naquilo que se relaciona com a área dos estudos organizacionais.

Além desta introdução, que abre a discussão sobre a temática proposta, apresentando as questões da pesquisa, justificativas, metodologia e objetivos, nosso artigo se estrutura nas seguintes seções: na segunda seção, apresentamos a construção do sentido histórico de morte, a partir da contribuição de autores da pesquisa humana e social; na terceira seção, buscamos as relações entre a morte, enquanto objeto/fenômeno de pesquisa, e a área de estudos organizacionais; na quarta seção, por fim, fazemos nossas considerações finais.

2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SENTIDO DE MORTE

Considerando o ineditismo da abordagem sobre o estudo dessa chamada Indústria da morte nos estudos organizacionais, conforme Carrieri (2014), ao menos a partir de nossa perspectiva epistemológica e paradigmática, buscamos referências da história, da sociologia, da antropologia, da filosofia, para suportar esta discussão, ou ao menos, para fazer interfaces que tornem possível pensar nesta temática da morte em nosso campo de pesquisa. As abordagens que fazemos, obviamente, não esgotam, mas tratam de forma sucinta da construção histórica do sentido da morte da sociedade medieval ao período contemporâneo. De forma paralela, trato sobre como a vida foi e está sendo tratada ao longo deste período, abordando inclusive a perspectiva sobre o moribundo. Falo sobre os mortos e a morte,

abordando sobre os rituais de morte, os funerais e práticas de luto, da idade média até a sociedade pós-moderna.

Para Bellato e Carvalho (2005), os rituais de despedida representam essa forma simbólica de se negociar com a morte, sendo o funeral a celebração pública do fim da identidade social do indivíduo biologicamente morto. Na visão dos autores, não existe povo, por mais primitivo que seja, que abandona seus mortos sem algum tipo de ritual. No entanto, para Ariés (1977), que analisa a atitude do homem da sociedade ocidental cristã perante a morte, desde o período medieval até o final do século XX, se observa uma forma diversa de se lidar com os mortos ao longo da história conforme a sua condição, quer seja social, quer seja econômica.

A perspectiva histórica e sociológica apresentada Ariés (1977) evidencia distinções no tratamento com os mortos. Aos que morriam de forma indigna, como os adúlteros e os condenados, era permitido que fossem abandonados, ou velados sem pompas fúnebres, ou mesmo que não tivessem direito ao sacramento da reconciliação; aos guerreiros que morriam em ordem de batalha, todas as honrarias eram dignas. A posição social e econômica do defunto influiu no sepultamento: nas grandes fossas a céu aberto, os corpos daqueles que não conseguiam pagar os elevados custos de inumação, eram amontoados; nas igrejas, se sepultavam os nobres, enquanto no cemitério se enterravam os pobres.

Na Antiguidade, em razão do medo, os povos se distanciavam dos cemitérios. Para Ariés (1977), com o passar do tempo, as pessoas passaram a compartilhar os mesmos espaços com os sepultados, estabelecendo bairros e comércios ao redor dos cemitérios. Na Idade Média, a convivência com a morte era cotidiana e natural. Citando Rodrigues, Combinato e Queiroz (2006) argumentam que as pessoas conviviam ao redor das valas comuns abertas, e neste espaço, faziam festas macabras associadas ao culto pagão, como forma de deboche às estruturas dominantes de poder. Neste período, a morte passa, à sua maneira, ser cotidiana.

Nessa aproximação da morte à vida cotidiana, observo que a forma de se lidar com a morte foi se modificando ao longo da história. Antes interdita, passa a ser aceita, já que a morte “planejada” é preferível à morte clandestina. Os velórios tornaram-se cerimônias sociais, onde temia-se menos a morte do que o fato de morrer sozinho. De dramática e individual no século XII, à visão romântica da morte no Iluminismo, passando pela revolução higienista, no século XIX, chegando à segunda metade do século XX, onde a morte passa a ser camuflada, acontecendo nas instituições hospitalares especializadas. Na visão de Ariés, a concepção da morte como um evento público, social, não faz sentido hoje, dada a grande

possibilidade de se morrer solitário em um hospital, longe da família, já que “hoje banimos a morte da vida cotidiana” (ARIES, 1977, p. 20).

Sobre esse afastamento da morte da vida cotidiana e de sua camuflagem, abordada por Ariès (1977), sobretudo da morte ambientada em hospitais, dependente de conhecimento especializado, Michel de Certeau (2002) apresenta sua contribuição. O autor fala sobre os moribundos e a morte ambientada nos hospitais, a partir da questão do corpo e sua submissão a determinados códigos, dentre estes, os interesses do capital e do trabalho. Chama a morte de inominável, tratada de forma velada e discursivizada em códigos, onde o moribundo é tratado como morto ainda em vida, numa espécie de luto antecipado, que esconde a real condição do doente; na verdade, tal prática funciona no cotidiano dos hospitais como uma espécie de proteção dos vivos perante a iminência da morte.

Para Certeau (2002), no contexto apresentado, o moribundo é ocioso, não produz, não contribui para a sociedade, é uma contradição, um desvio num ambiente – o hospital – que zela pela vida, tornando-se um empecilho; além de não produzir, impede que os que lhe prestam cuidados produzam! A morte se torna uma solução para resolver esse impasse, já que o doente prestes a morrer é o lapso deste discurso, pois a família fica refém no processo, inerte, perante os procedimentos adotadas pela instituição especializada, que cuida mais da doença do que do doente em si. Essa forma de se lidar com a morte e com aquele que está na iminência de morrer, sobretudo a partir da ótica dos familiares, retrata a liquidez das relações na sociedade pós-moderna, a partir das demandas próprias deste tempo. Se não existe tempo para o doente, muito menos gasta-se tempo como aquele que já morreu.

Sobre essa submissão do corpo ao capital e trabalho, Combinato e Queiroz (2006) discutem que, já na modernidade, o mundo burguês transformou o corpo humano em instrumento de produção e trabalho, já que “a pele do empregado é o pergaminho onde a mão do patrão escreve” (CERTEAU, 2002, p. 231), perspectiva suportada no conceito de biopolítica apresentado por Foucault (2008). No século XVIII, os mortos, que não serviam para a produção capitalista, deveriam ser separados dos vivos e da sociedade, sendo equiparados ao lixo. Ficar doente, neste contexto, significava deixar de produzir, uma vergonha que deveria ser oculta do mundo social. Impõe-se a adoção de um conhecimento especializado associado a uma disciplina institucional aplicados a diferentes tipos de fenômenos.

No século XIX, com a revolução higienista, tal situação se agrava, na medida em que tal separação extirpa definitivamente do meio dos vivos os perigos de contaminação e doenças, representado pelos mortos. Assim, essa morte que passa a ter como cenário o

hospital, solitária, deixando de ser doméstica, reconfigurando o cotidiano da morte na sociedade pós-moderna, sob a justificativa da assépsia e higiene, mas, que na verdade, pode tratar-se de uma prática conveniente, conforme a perspectiva apresentada por Certeau, Giard e Mayol (1998). Notamos que essa conveniência presente na pós-modernidade também se aplica aos funerais, que na contemporaneidade, ocorrem em casas funerárias.

Nesta morte ambientada em hospitais, Certeau (2002) admite que se cuida mais da doença do que do indivíduo em si. Por sua vez, embora Elias (2001) reconheça o discurso de bem-estar difundido por tais organizações, também acredita que se cuida mais dos órgãos do moribundo do que doente em si. Na visão de Elias (2001), essa mudança do cenário da morte, saindo do ambiente doméstico para locais especializados, como o hospital, retrata a impessoalidade em relação à morte, prática que se tornou comum na sociedade contemporânea (MENEZES, 2004), sendo uma experiência extremamente segregadora para os velhos, os moribundos e os mortos (AGRA DO Ó, 2008). Para Elias (2001), aquele que se aproxima da morte, quando percebe que não tem mais significado para os outros, encontra-se na solidão, num isolamento tácito da comunidade dos vivos. Nesta condição, penso que o indivíduo se encontra biologicamente vivo e socialmente morto, fadado ao isolamento e a impessoalidade.

Para Elias (2001) sentimentos e expressões quanto ao moribundo e a morte alheia também se modificaram no decorrer da história, justificado pelo processo de individualização dos sujeitos, já que, de fato cotidiano e doméstico, a morte passa a se esconder nos bastidores da vida social. Das antigas expressões claras e abertas, as manifestações de sentimentos dos indivíduos passam a obedecer a uma estrutura de personalidade que se transforma conforme a organização social onde estão inseridos. As expressões de sentimentos, como o choro, dão lugar a um processo de formalização, em meio a rituais esvaziados de sentimentos e significados. Pela individualização, o homem interno se separa do mundo exterior, dando lugar ao *homo clausus*, figura ilusória dotada de autonomia e autocontrole, onde o indivíduo se isola, recalca sentimentos e bloqueia emoções, sob a justificativa de criar um significado exclusivamente particular de manifestação de sentimentos e emoção (ELIAS, 2001; MENEZES, 2004).

A partir da compreensão de Elias (1990; 2001), Agra do Ó (2008) acredita que essa transformação social do relacionamento com a morte, pela individualização, racionalização, formalidade e impessoalidade, é resultado do processo civilizador, onde, por exemplo, o homem apresenta cada vez maior dependência de ajuda especializada para viver e morrer, tendo sua autonomia sequestrada por padrões tidos como racionais, que se configuram de fato

em mecanismos de manutenção das estruturas hierárquicas de poder e assimetrias sociais. Desse processo civilizador, recalca-se a ideia de morte, pensa-se nesta como um problema do outro, quando na verdade, Elias (2001) argumenta que a morte é um problema dos vivos, já que os mortos não têm problemas. Apesar de entender a questão da morte como um problema social, Elias (2001), entende que tratar deste tema é um desafio, pois os vivos têm dificuldade em identificar-se com o moribundo, com o outro que sofre.

Essa morte solitária e individual, que ocorre geralmente em hospitais, representa uma mudança cultural em seu sentido, ritos e práticas, como fruto das transformações da sociedade. Tanto a morte, como os funerais, que antes ocorriam em casa, com o moribundo se despedindo dos familiares, obedecendo a certos costumes e rituais, hoje ocorre em organizações especializadas. Para Bellato e Carvalho (2005), mesmo nestes locais como os hospitais, espaço permitido para morrer, esconde-se a morte. Essa demanda por especialistas para fazer viver e morrer, faz como se ressignifique a forma de morrer, na mesma medida que se ressignificam as cerimônias funerárias. Os velórios, que antes ocorriam em casa, também ocorrem em organizações especializadas, como as capelas mortuárias, ambientes assépticos e frios. Na visão de Combinato e Queiroz (2006), por exemplo, a cremação é cada vez mais utilizada, por atender tanto a perspectiva ambiental, asséptica e higiênica, bem como esconder a própria morte. Percebe-se que, cada vez mais a morte e o morrer dependem de especialistas, sendo atos solitários e individuais.

A partir da perspectiva de Certeau (2002) e Elias (2001) compreendemos que o moribundo vive uma espécie de exílio na morte em vida, sendo que a morte passa a ser um outro lugar, ainda tendo o seu discurso interdito. A morte se disfarça, se recalca, se esconde. Os vivos buscam afastar a morte, da prática ao discurso, mesmo que ela se insinue em nosso cotidiano, embora tentemos mascará-la. Nesse distanciamento em relação à morte, na imagem do moribundo este espaço heterotópico é materializado, já que metamorfoseamos a morte no outro. Em nosso cotidiano, associamos a morte com o moribundo, com o outro, nos excluimos da cena da morte. Porém, para Certeau (2002) mesmo na tentativa de nos afastarmos da morte, o próprio corpo é o instante de vida e da morte.

Para Roberto DaMatta (1997), essa questão da individualidade é um traço marcante da sociedade moderna. Partindo da perspectiva de que todas as sociedades tem que dar conta da morte e de seus mortos, acredita que existem sistemas que se preocupam com a morte e outros com o morto. Nas sociedades individualistas, a prática de descartar o morto e seus rastros deve ser desconsiderada, já que, para o autor, lembrar o morto é assumir um tipo de

sociabilidade patológica. Nas artes e na literatura, discutir sobre a morte é uma atitude moderna; já discutir sobre o morto, é mórbido.

Da Matta (1997, p. 136) acredita que, de fato, o luto e demais relações com os mortos não exista na sociedade moderna, pois, apoiados na praticidade e na individualidade, sustentados pela ideologia do progresso e do consumo, os sujeitos contemporâneos invocam como palavra de ordem o ditado “deixai que os mortos enterrem seus mortos”, já que não se existe tempo nem espaço para esse tipo de relação com os mortos. Já nas sociedades tradicionais, como as tribais, os rituais são prestigiados, como forma de preservação da continuidade do sujeito social, sendo este lembrado e homenageado. Defende que existe uma correlação entre sociedades individualistas e morte e entre sociedades relacionais e o morto. Nas sociedades individualistas, a família se distancia do defunto, pela despersonalização das práticas de velório, típicas das casas funerárias.

No Brasil, se destaca mais a relação com mortos do que com a morte, guardando certa contradição, já que desta forma sutil, nega-se a morte e estende-se a memória do morto, dando ao morto, uma forma de realidade. Guarda-se uma relação com os mortos, a partir de um realidade complementar, desde as estórias e relatos de diversas formas de contatos com os mortos, dos sonhos às assombrações e outras expressões de realismo fantástico, aos dias de se rezar pelos mortos e datas memoriais. Ou seja, temos relações permanentes com os mortos, desde as comunicações até as obrigações, já que “...no Brasil a morte mata, mas os mortos não morrem” (DAMATTA, 1997, p. 158).

Retomando à discussão sobre a relação da morte e do morrer como um espaço heterotópico, que se projeta no outro, a discussão sobre alteridade proposta por Levinas é pertinente. Filósofo judeu que viveu tempos sombrios, Emmanuel Levinas teve sua vida marcada pelo horror, pela morte e pela barbárie, proporcionados pela guerra e pelo ódio ao diferente, perdendo parte de sua família dizimada pelos nazistas. Neste período que vivenciou, atesta que a humanidade e a sociedade ficaram severamente ameaçadas, já que a vida das pessoas – do outro – foi reduzida ao nada. Da mesma forma, acredito que o simbolismo sobre a morte e rituais decorrentes têm seus significados temporariamente suspensos nesta terrível página da história da humanidade. Levinas percebeu a necessidade de cuidado com o outro, a partir da alteridade, sendo que a base filosófica de seu pensamento consiste nesta relação com o outro (HADDOCK-LOBO, 2006).

Levinas acredita que as relações entre os seres humanos são complexas, existindo no emaranhado de relações entre estes, uma espécie de existência plural. Diferente do cotidiano de ódio ao diferente que viveu nos tempos de guerra e Holocausto, de desprestígio da vida

humana e cultura de morte, a ética da alteridade que propõe se encarrega de abrir-se ao diferente que o outro me proporciona, respeitando as diferenças e sem qualquer forma de tratamento discriminatório. Com a defesa da ética com o outro ser humano, diferente da posição de Heidegger, que considera o outro como apenas um elemento de uma massa, impossível de compaixão individual, Levinas aponta que se as interações sociais não se pautaram em relações éticas com o outro, corremos o sério risco de não reconhecer no outro a humanidade, como ocorreu no Holocausto, onde o outro passa a ser apenas um rosto sem face na multidão, alguém cuja vida ou morte, passa a ser a ser para mim, um problema indiferente (HADDOCK-LOBO, 2006).

A individualidade e indiferença para com o outro são apontadas por Levinas como sérios problemas da sociedade contemporânea, sendo que a alteridade é uma necessidade emergente neste contexto. Essa individualidade egoísta teve origem no ideal de emancipação da modernidade, sustentando no tripé “Liberdade, igualdade, fraternidade”, que se espalhou pelo ocidente, sobretudo (COSTA e CAETANO, 2014). Em nome do desenvolvimento tecnológico e científico, admite-se a morte e a violência; em razão do capitalismo, o homem é escravizado pelo consumismo; e o individualismo e o egoísmo são legitimados pela competitividade exacerbada.

Levinas (1997) pensa a alteridade na morte, quando reflete que a morte é a impossibilidade da fuga, o que escapa ao nosso controle, foge de nosso alcance, sendo impossível de apropriação e entendimento. Na morte do outro, sou colocado em xeque, na medida em que me torno cúmplice, uma espécie de corresponsabilidade. Esse humanismo do outro homem inaugurado por Levinas - diferente da perspectiva humanista tradicional, o humanismo do Eu, que admite todos como iguais -, me coloca numa condição de impossibilidade de ser indiferente à diferença do outro (RODRIGUES, 2012). Diferente da perspectiva do *Dasein*, proposta por Heidegger, para Levinas, a prova suprema da liberdade não é a morte, mas sim o sofrimento, manifestado pela compaixão expressa no compartilhamento do sofrimento do outro, numa assunção de responsabilidade, frente à vulnerabilidade do outro (RODRIGUES, 2012).

3 RELAÇÕES ENTRE A MORTE E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Acredito que para compreender a relação entre a morte e os estudos organizacionais, antes, precisamos esclarecer a compreensão sobre como se deu a construção do sentido de morte, das antigas sociedades às contemporâneas. Penso que a construção histórica e cultural

do sentido de morte e sua relação com os Estudos Organizacionais trata-se de um tema amplo e ambicioso por demais para ser tratado em um artigo. No entanto, nossa intenção ao abordar o tema da morte é buscar compreender como se deu esse movimento do sentido da morte na história, bem como quando essa discussão de alguma forma perpassou as ciências sociais, mais especificamente, os Estudos Organizacionais. Aprofundar cada uma das perspectivas apresentadas não é minha intenção, já que, além de não se tratar do tema central deste artigo, tal empreitada seria inviável.

De forma ampla, a tanatologia – estudo da morte – inicia-se em outras searas do conhecimento. Em nível mundial, Osler, Feifel e Kubler-Ross, do final do século XIX a meados do século XX, publicaram estudos sobre o tema; no Brasil, as precursoras são Wilma Torres (FGV), Maria Helena Pereira Franco (PUC-SP) e Maria Júlia Kovács (USP) (COMBINATO; QUEIROZ, 2006; KÓVACS, 2008). Tais autores destacam a perspectiva simbólica da morte, considerando as condições históricas e características culturais de cada povo. Partindo de uma pesquisa ampla, incluindo periódicos de outras áreas, encontrei algumas contribuições específicas para este projeto, das quais destaco alguns.

Valentine (2013) discute as questões de identidade e relacionamentos pós-morte em narrativas de britânicos e japoneses enlutados; Valentine (2010) aborda as regras e tradições ancestrais de luto e funeral empregadas na atual sociedade japonesa; Woodthorpe, Rumble e Valentine (2013) discutem as políticas sociais de suporte funerário na sociedade contemporânea do Reino Unido; Chen, Komaromy e Valentine (2014) pesquisam sobre doentes terminais e a experiência de final de vida de idosos chineses com estágio avançado de câncer, abordando suas visões sobre a morte e esperança. A PhD em sociologia Christine Valentine, do Departamento de Ciências Políticas e Sociais da Universidade de *Bath*, no Reino Unido, é uma das principais referências em estudos sobre a morte, a dor, o luto e o funeral, com trabalhos fortemente fundados na cultura japonesa e em seus rituais de morte.

Especificamente no universo dos Estudos Organizacionais, principalmente nas pesquisas interpretativas, que apresentam uma abordagem sociocultural sobre a realidade, neste caso, dos estudos sobre o cotidiano e do simbolismo, que demandam um olhar mais sensível dos fenômenos e objetos, principalmente a partir do viés antropológico, temas inovadores são bem recebidos. Neste sentido, assuntos que fujam do lugar comum, do *mainstream*, das pesquisas positivistas e quantitativas, que abordem novas visões de mundo, ganham espaço na pesquisa contemporânea deste campo em especial, como por exemplo, estudos que considerem o cotidiano e a história, como apontam Barros e Carrieri (2015).

Acreditamos que as pesquisas sobre a morte no campo dos Estudos Organizacionais brasileiros se inserem neste escopo.

A discussão sobre a morte e a teia de relações que a envolve, tendo como referência a perspectiva da organização trata-se de tema pouco explorado. Para Reedy e Learmonth (2011), a relação entre morte, mortalidade e organização não tem sido devidamente explorada, com a atenção que merece, sendo negligenciada pelos Estudos Organizacionais. Nas pesquisas que realizei nos periódicos acadêmicos da área de administração focados nos estudos organizacionais, especialmente *Organization Studies* e *Administrative Science Quarterly*, notei a escassez de trabalhos que tenham a morte como elemento de discussão. Busquei nestas pesquisas por elementos que se associassem a temática da morte e diversas combinações, como indústria da morte, setor funerário, luto, dentre outras variações. Constatei a existência de alguns trabalhos que abordam a temática da morte em periódicos internacionais da área de Estudos Organizacionais, porém em perspectivas distintas da que pretendo especificamente abordar nesta pesquisa. Faço a referência a algumas destas pesquisas.

Glaser e Strauss (1961) pesquisaram os níveis de consciência de moribundos e o processo de comunicação com o doente, existindo desde pacientes que não querem saber sobre seu estado de quase morte, bem como o disfarce mútuo, não se deixando o outro saber o que já se sabe; a relação principal que se faz com a administração, é que ocorre num ambiente de uma organização hospitalar. A partir da teoria institucional, Anteby (2000) estuda o mercado, a moral e as práticas de mercado no comércio de cadáveres humanos para escolas médicas; neste estudo, o comércio de cadáveres humanos pode uma relação paralela com a indústria da morte, a partir da perspectiva do *dark side* das organizações.

Laurence e Dover (2015) estudam a questão do espaço e do lugar em instituições de cuidados médicos, também a partir da perspectiva institucional, bem como dentro de uma organização hospitalar; Sob o aspecto as relações humanas, Barsade e O’neill (2014) relacionam o comportamento dos empregados em organizações que prestam cuidados à pessoas doentes, não abordando especificamente a questão da morte, mas sobretudo, a perspectiva das relações humanas. Reedy e Learmonth (2011) abordam a questão da morte e organização a partir do pensamento de Heidegger sobre vida e morte nas organizações; Martí e Fernández (2013) abordam a questão do trabalho institucional de opressão e resistência nas organizações a partir do aprendizado de lições do Holocausto.

Dentre estas referências, uma despertou meu interesse para um olhar mais cuidadoso. Banerjee (2008) desenvolve o conceito de necrocapitalismo, que apresenta certa proximidade

com a abordagem deste projeto de pesquisa, porém com perspectivas epistemológicas diferentes. Penso que esta pesquisa pode ser explorada mais detidamente, quando da construção da tese no que se refere à configuração mais consistente do que seja a Indústria da Morte, sobretudo quanto nos aproximarmos do conceito de Biopolítica apresentado por Foucault. O que Banerjee (2008) chama de necrocapitalismo se refere às formas contemporâneas presentes no capitalismo de atuação de organizações que envolvem a desapropriação e a subjugação da vida pelo poder da morte, pressupostos teóricos desenvolvidos a partir da contribuição de Mbembe (2003). O pesquisador examina como diferentes formas de poder imperialista – institucional, material e discursivo – operam na política econômica, na violência e na desapropriação da vida, a partir do poder da morte.

Para Banerjee (2008), a partir do conceito de estado de exceção e da figura romana do *homo sacer*, o sujeito sem direitos e que poderia ser morto impunemente sem que isso representasse um problema para quem o matasse, apresentado por Agamben (1998, 2005), atesta que as modernas práticas colonialistas praticadas pelo exercício do poder imperialista recriam este estado de exceção, pelo exercício do necrocapitalismo, quando os direitos democráticos são confinados a uma esfera política, enquanto, sob outros domínios, continua a exploração, a dominação e a violência. Algumas formas contemporâneas de acumulação organizacional que envolve desapropriação e morte podem ser chamadas de práticas necrocapitalistas, como o aumento do investimento na organização e gerenciamento da violência em escala global, bem como o aumento da privatização da indústria militar, sem esquecer os conflitos entre corporações transnacionais e comunidades indígenas, por exemplo. A relação entre interesses econômicos e militares operam fortemente no projeto contemporâneo neoliberal, consolidando as bases deste chamado necrocapitalismo.

A compreensão de Banerjee (2008) sobre os mecanismos necrocapitalistas de exploração, dominação e violência, por meio da desapropriação e a subjugação da vida pelo poder da morte, possibilitada pela relação entre o poder econômico e militar, faz interface com o conceito de biopolítica proposto por Michel Foucault. Após o terror do holocausto, Foucault discute sobre as novas formas de controle sobre a vida humana na modernidade, a partir da definição do conceito de biopolítica, em 1976. Para Foucault (2008), com a politização da vida moderna, permite-se deixar morrer e descartar, bem como fazer viver e explorar, pelo aumento da vida útil. A crítica de Foucault (2006) é que houve essa politização da vida humana, o que acarretou uma série de cuidados e controle sobre a vida, no entanto, para Hüning (2014), não um controle de cuidado, mas sim, um controle pautado no uso, no descarte e na morte.

Duarte (s.d), por sua vez, a partir da proposição teórica de Foucault, analisa a morte como um fator biopolítico. Segundo o autor, na medida em que a vida se constitui como elemento político, não se percebeu uma diminuição da violência, mas sim, a morte em massa de outros em detrimento do cuidado de alguns. Desta forma, não existe “contradição entre poder de gerência e incremento da vida e o poder de matar aos milhões para garantir as melhores condições vitais possíveis: toda biopolítica é também, intrinsecamente, uma tanatopolítica” (DUARTE, s.d.). Ou seja, para que a vida de alguns seja garantida, a morte de outros é permitida. Os recentes conflitos de imigração na Europa, de refugiados que buscam fugir das garras da morte e do terror da guerra, retratam de certa forma, essas contradições inerentes a biopolítica. Para Duarte (s.d.), sob a condição do biopoder, o fato de incrementar a vida da população não se desvincula da produção contínua da morte, fato expresso em comunidades homogêneas, onde se legitima a morte daqueles que representam um risco biológico aos demais (FOUCAULT, 1993).

No livro *O nascimento da biopolítica*, a partir do curso dado no College de France, entre 1978-1979, Foucault clarifica sua visão sobre a biopolítica. A partir das práticas nazistas e socialistas, prospecta como ocorrerão as novas formas de controle biopolítico, não mais sob o comando rígido do poder soberano, mas de forma sutil e flexível, típicas das economias de mercado, influenciadas pelo neoliberalismo econômico. A partir desta perspectiva, Foucault compreende que o homem trata-se de um agente econômico que responde aos sinais do mercado, o *homo economicus*, sendo o mercado esta instância suprema da formação da verdade no mundo contemporâneo (DUARTE, s.d.), já que já que “é necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 165).

Neste sentido, a discussão realizada por Duarte (s.d), da morte como fator biopolítico, em associação análoga ao conceito de necrocapitalismo apresentado por Banerjee (2008), nos permite associar tais abordagens à perspectiva da Indústria da Morte, conforme conceito abordado por Carieiri (2014), já que, apesar de não ser a exploração da vida pelo uso e descarte, pela apropriação da mão-de-obra, por exemplo, nem a subjugação e desapropriação da vida pelo poder da morte, trata-se do assujeitamento humano às entidades especialistas que se encarregam de cuidar da vida e morte do homem contemporâneo, tendo controle desde o nascer ao morrer. No caso da morte, essa exploração econômica da vida em seu último estágio extrapola o limite da vida, passando a tratar a morte como continuidade dessa exploração que já ocorria em vida. Pela oferta de uma variada gama de produtos e serviços próprios das celebrações destes rituais funerários, a Indústria da Morte, constituída por seus agentes especializados, controla e define, desde produtos e serviços que serão consumidos, já que o

consumidor ou cliente, tratando-se de agente econômico que responde às vontades do mercado, apenas cumpre seu papel nesta cadeia produtiva do setor funerário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção neste artigo não é esgotar a discussão sobre esse tema, muito menos fechar questões à respeito. Ao contrário, estamos no início da discussão sobre a temática da morte, buscando clarificar nossas concepções, dialogar academicamente sobre essa abordagem não usual na administração. Pensamos que, a partir de nossas perspectivas epistemológicas, ontológicas e paradigmáticas, enredadas por discussões paralelas com nossos pares, conjuntamente com os membros do projeto de pesquisa (CARRIERI, 2014) que fazemos parte, que estuda sobre a “Indústria da morte” e as teias de relações que se fazem ao redor desta, possamos contribuir com a abertura dos estudos organizacionais, da pesquisa em administração, para novas vertentes de pesquisas, novas metodologias, novas abordagens, a atenção a outros objetos e fenômenos de pesquisa, outros olhares, sobre a realidade.

Percebemos a escassez de trabalhos acadêmicos que abordem a temática da morte na área de Estudos Organizacionais, ao menos na perspectiva que definimos para produção deste artigo. A carência em nível internacional de trabalhos acadêmicos sobre o tema, mesmo que ainda apresentando algumas contribuições correlatas, quer seja ao tema, quer seja ao nosso campo de pesquisa, ainda é maior quando pesquisamos a cena nacional dos Estudos Organizacionais que tenham a morte como elemento central.

Tal fato, talvez se justifique pelo preconceito em trabalhar com temas excluídos do *mainstream*, bem como pelo receio ou aversão a abordar sobre a morte, que tem seu discurso interdito, silenciado ou apagado, sobretudo no ocidente, mesmo que a morte faça parte do cotidiano, mesmo no meio acadêmico, quanto mais em nosso campo ampliado de estudos, da administração e das ciências sociais aplicadas. Sobre essa possível aversão, acreditamos que pensar sobre temas não usuais permite à Administração, ao campo dos Estudos Organizacionais, quebrar com esses preconceitos por tratar destes temas diferentes, ampliando seus horizontes de pesquisa.

Grosso modo, de forma ampla, o sentido de morte foi se modificando ao longo da história. De forma geral, os povos buscam celebrar simbolicamente seus mortos, respeitando a cultura de cada povo. O que se percebe também, é que existe uma distinção social e econômica, registrada na história, desde o acesso aos ritos funerários como o destino dos corpos, conforme a época e sociedade; talvez, como no período medieval, tal fato possa se

repetir na sociedade contemporânea, salvo as devidas proporções. A morte, de doméstica passa a ser ambientada em hospital, instituições especializadas que tratam mais dos corpos e dos órgãos do que do morto em si; depende-se assim, cada vez mais de conhecimentos especializados para morrer.

Tal fato, de esconder a morte, tanto no hospital quanto no velório, que não acontece mais em casa, representa um recalçamento sobre a morte, um distanciamento para o morto, já que se dá mais valor à morte do que o morto, privilegiando a comodidade e a conveniência, pautada na individualidade e no ritmo acelerado de vida da sociedade pós-moderna, onde não se admite perder tempo, parar para celebrar os mortos. A morte passa a ser planejada, no período contemporâneo, porém camuflada. Esconde-se o morto, a morte e as emoções. Não permite-se chorar, expressar sentimentos públicos e emoções, em razão dessa indiferença, resultado do processo civilizador, típico desta época que vivemos.

Quanto ao ineditismo sobre a pesquisa da morte, a partir da perspectiva da Indústria da Morte, na área de Estudos organizacionais, este representa essa quebra de paradigma, na busca por desvendar novas possibilidades de pesquisa. Por que não pesquisar sobre a morte? Quais interdições existem para silenciar o discurso sobre temáticas que fujam do discurso hegemônico? Interessante é observar que, no cotidiano da vida acadêmica, percebemos que cresce o interesse por abordar a temática da morte, mesmo que sob outros olhares e perspectivas. O fato de fomentar um tema inovador, instigante por natureza, abre possibilidades para outras abordagens de pesquisa tendo a morte como elemento central. A pesquisa sobre a Indústria da Morte, representa essa interface, com muitas outras possibilidades, de atrair a atenção sob diversos olhares, de diferentes perspectivas, de diversas áreas de administração, dos Estudos Organizacionais,

REFERÊNCIAS

AGRA DO Ó, A. Norbert Elias e uma narrativa acerca do envelhecimento e da morte. *História, Ciência e Saúde – Manginhos*. v. 15 n. 2, p. 389-400, 2008.

ANTEBY, M. Markets, morals, and practices of trade: jurisdictional disputes in the U.S. Commerce in cadavers. *Administrative Science Quarterly*, v. 55, p. 606-638, 2010.

AQUINO, F. Disponível em <<<http://achixclip.com.br/noticia/25924343/emprego/mercado-funerario-ja-movimenta-r-25-bilhoes/>>>. Acesso em julho de 2015.

ARIÈS, P. *História da morte no Ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BANERJEE, S. B. Necrocapitalism. *Organization Studies*, v. 29 n. 12, p. 1541-1563, 2008.

BARROS, A., CARRIERI, A.P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. *Rev. adm. empres.* [online]. v. 55, n. 2, p. 151-161, 2015.

BARSADE, S. G. and O'NEILL, O. A. What's love got to do with it? A longitudinal study of the culture of companionate love and employee and client outcomes in a long-term care setting. *Administrative Science Quarterly*, v. 59, n. 4, p. 551-598, 2014.

BAUMAN, Z. *O Mal-Estar na Pós-modernidade*. 1. Ed. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. *Modernidade e ambivalência*. 1. Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999.

_____. *Modernidade Líquida*. 1. Ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BELLATO, R.; CARVALHO, E. C. de. O jogo existencial e a ritualização da morte. *Rev Latino-am Enfermagem*, v. 13, n. 1, p. 99-104, 2005.

BERTOLOTTI, R. *Indústria funerária vende caixão ecológico e limusine-rabecão e luta contra preconceitos*. Disponível em <<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/09/09/ult5772u5244.jhtm>>>. Acesso em julho de 2015.

CARRIERI, A. de P. *"Nós que aqui estamos por vós esperamos"*, um estudo das identidades e práticas estratégicas cotidianas na indústria funerária e no negócio da morte. Projeto de Pesquisa elaborado para ser enviado ao Edital do CNPq. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

COSTA, J. X. S.; CAETANO, R. F. A concepção de alteridade em Lévinas: caminhos para uma formação mais humana no mundo contemporâneo. *Revista Eletrônica Igarapé*, v. 03, n. 02, 2014.

CHEM, H.; KOMAROMY, C.; VALENTINE, C. From hope to hope: The experience of older Chinese people with advanced cancer. *Health*, v. 19, n. 2, p.154-171, 2015.

COMBINATO, D. S.; QUEIROZ, M. de S. Morte: uma visão psicossocial. *Estudos de Psicologia*, v. 11, n. 2, p. 209-216, 2006.

CERTEAU, M. de. (2002). *A invenção do cotidiano – Artes de Fazer* (7ª Ed.). (Ephrain Ferreira Alves, Trad.). Rio de Janeiro: Vozes.

_____; GIARD, L.; MAYOL, P. (1998). *A invenção do cotidiano: 2 – Morar, cozinhar* (2ª Ed.). (Ephrain F. Alves e Lucia E. Orth, Trad.). Rio de Janeiro: Vozes.

DAMATTA, R. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, 5. Ed., *Editora Rocco*, 1997.

DIVIDENDOS DO ALÉM... Disponível em << <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft040105.htm>>>. Acesso em janeiro de 2015.

DUARTE, A. *Sobre a Biopolítica: de Foucault ao Século XXI*. Sem local: sem data (mimeo).

ELIAS, N. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 1990.

_____. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 2001.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *A tecnologia política dos indivíduos*. In: FOUCAULT, M. *Ética, Sexualidade e Política: Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. *O nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão e Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUNERARIANET. Disponível em <<<http://www.funerarianet.com.br/?area=secao&id=187>>>. Acesso em janeiro de 2015.

FUNEXPO. Disponível em <<<http://www.funexpo-expo.com/>>>. Acesso em janeiro de 2015.

GRANCEA, M. *About contemporary death*. Sibiu: Editora Altip, 2011.

GLASER, B. G. & STRAUSS, A. (1961). *Awareness of dying*. Chicago, IL: Aldine.

HADDOCK-LOBO, R. *Da existência ao infinito: ensaios sobre Emmanuel Levinas*. Ed PUC-Rio, Ed Loyola, 2006.

HALL, S. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomas T. da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HERMANSON, S. The Deathcare Industry. Disponível em <<<http://www.aarp.org/money/estate-planning/info-2000/varesearch-import-197-IB44.html>>> Acesso em julho de 2015.

HÜNING, S. M. Encontros e confrontos entre a vida e o direito. *Psicologia em Estudo*, v. 19, n. 3, p. 491-501, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/>>. Acesso em julho de 2015.

_____. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default_pdf.shtm>>. Acesso em julho de 2015.

INMEMORIAN. Disponível em <<<http://revistainmemorian.blogspot.com.br/2013/11/funexpo-2013.html>>>. Acesso em janeiro de 2015.

KÓVACS, M. J. Desenvolvimento da Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. *Paidéia*. V. 18, n. 1, p. 457-468, 2008.

LAURENCE, T. B. and DOVER, G. Place and Institutional work: creating housing for the hard-to-house. *Administrative Science Quarterly*, v, 60, n. 3, p. 371-410, 2015.

LEVINAS. Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 237/238.

MARTI, I. and FERNANDES, P. The Institutional work of oppression and resistance: learning from the Holocaust. *Organization Studies*, v. 34, n. 8, p. 1195-1223, 2013.

MENEZES, R. A. A solidão dos moribundos: Falando abertamente sobre a Morte. *Physis - Rev. Saúde coletiva*, v. 14, n. 1, p. 147-171, 2004.

MERCADO FUNERÁRIO CRESCE EM RITMO ACELERADO. Disponível em <<<http://www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=noticias&id=16072>>>. Acesso em julho de 2015.

MITFORD, J. *The american way of death*. London: Virago, 1978.

REEDY, P.; LEARMONTH, M. Death and organization: Heidegger's thought on death and life in Organizations. *Organization Studies* v. 32, n. 1, p. 117-131, 2011.

"RELIGION: THE DEATH INDUSTRY". Time Magazine. 14 November 1960. Disponível em <<http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,711967,00.html?artId=711967>>>. Acesso em julho de 2015.

RODRIGUES, C. F. A. Alteridade da morte na perspectiva de Emmanuel Lèvinas. *Revista bioética*, v. 20, n. 3, p. 442-450, 2012.

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados. Disponível em <<<http://www.susep.gov.br/>>>. Acesso em julho de 2015.

"THE 10 COMPANIES THAT CONTROL THE DEATH INDUSTRY". The Atlantic Monthly. 19 January 2011. Disponível em <<http://www.theatlantic.com/business/archive/2011/01/the-10-companies-that-control-the-death-industry/69768/>>>. Acesso em Julho de 2015.

UMBERSON, D. & HENDERSON, K. The social construction of death in the gulf War. *Omega: Journal of Death and Dying*, v. 25, n. 1, p. 1-15, 1992.

VALENTINE, C. A. The role of the ancestral tradition in bereavement in contemporary Japanese society. *Mortality*, v. 15, n 4, p. 275-293, 2010.

VALENTINE, C. Identity and post-mortem relationships in the narratives of British and Japanese mourners. *The Sociological Review*, v. 61, n. 2, p. 383–401, 2013.

WOODTHORPE, K; RUMBLE, H. and VALENTINE, C. Putting ‘The Grave’ into Social Policy: State Support for Funerals in Contemporary UK Society. *Journal of Social Policy*, v. 42, n. 3, p. 605-622, 2013.